

O Processo de Acumulação Originária na Bolívia: Saída e retorno a vida no campo

The Original Accumulation in Bolivia: leave and return to life in the field

 Larissa Dulce Antunes Moreira
Universidad Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais - Brasil
professoralarissa.sociologia@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir e compreender o processo de acumulação originária ocorrido na Bolívia até a promulgação do Buén Vivir como princípio constitucional pautado em uma perspectiva de retorno a uma sociabilidade não capitalista. Foi essencial para o desenvolvimento deste, a retomada dos escritos marxianos com a finalidade de compreender todo este processo que separa o homem da natureza conhecido como acumulação originária. A metodologia utilizada no trabalho é qualitativa de cunho descritivo na qual analisará a bibliografia disponível. A priori, é possível concluir que o Buen Vivir se apresenta sim como uma alternativa ao caos da exploração, da globalização desenfreada e do sistema capitalista que foram sendo impostas desde o tempo colonial. Sendo uma das saídas deste cenário a recampesinização.

Palavras chave: Acumulação Originária; Bolívia; Buén Vivir; Recampesinização.

ABSTRACT

This article aims to examine and understand the original process of accumulation that took place in Bolivia until the promulgation of “Buen Vivir” as a constitutional principle that points to a perspective of return to non-capitalist society. A qualitative and descriptive study was used in which the available literature on Bolivia and Good Living was analyzed. A priori, it can be concluded that Buen Vivir is presented as an alternative to the chaos of exploitation, to unbridled globalization and to the capitalist system that has been imposed since colonial times. One of the ways out of this scenario is recampesinization.

Keywords: Original Accumulation, Bolivia, Buen Vivir, Recampesinization.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como desígnio discutir a “Acumulação originária” e sua relação com o “BuenVivir” no Estado Plurinacional Boliviano. A idéia que se pretende apresentar é a compreensão do movimento “BuenVivir” como um movimento de resistência e de “acertos de conta” com o processo de acumulação que se deu na Bolívia, no antigo Vice-Reinado do Peru.

O tema se faz pertinente porque assim como o Equador, a Bolívia passou por um processo conhecido como novo constitucionalismo latino americano, em que sua população depois de anos de violência, pobreza, miséria e ausência de um governo preocupado com as questões dos povos originários, elegeram presidentes de origem indígena que firmou um compromisso da promulgação de uma nova carta constitucional que priorizasse as questões das classes e povos menos privilegiados no cenário andino.

Mesmo contando com um número pequeno de paginas, o texto trata de um período extenso da história boliviana. O marco temporal da investigação compreende desde o primeiro período da era colonial, até a promulgação da carta Plurinacional de 2009.

A Bolívia assim como seus vizinhos latinos americanos, atravessou os anos marcados pela colonização exploratória, responsável por dizimar a população ameríndia originária, pela extração e poluição da fauna e flora além de (depois de tornar-se independente) anos de interferência européia e norte americana nas questões políticas e econômicas.

Desde a acumulação originária que ocorreu na Bolívia, ou seja, desde a separação do homem da natureza imposta, neste caso, pelo império espanhol, a população ameríndia se viu obrigada a submeter-se uma sociabilidade européia. A vida harmônica que implicava no respeito mútuo entre ser humano e natureza, foi brutalmente substituída pelo trabalho forçado para a extração desenfreada de prata e outros metais preciosos para abastecer a colônia.

A população ameríndia era vendida junto com as extensões de terras aos colonizadores, sendo tratadas como mercadoria para gerar valor, e não como ser integrante daquele lugar. Muitos morreram, outros foram enviados a localidades distintas daquela de origem. Os anos de exploração não implicaram em uma população apática ou adormecida, pelo contrário, os povos originários, os camponeses e trabalhadores se organizaram através dos movimentos sociais, sindicatos, associações e partidos políticos para impedir que as medidas governamentais ora ditatoriais, ora neoliberais, cessassem.

Imerso neste panorama que floresceu o *buén vivir*. Uma das razões da “cristalização” das ideias do *buén vivir/vivir bien*, estão nas novas Constituições da Bolívia e do Equador, que de maneira geral, deve-se à relevância outorgada por estas aos saberes indígenas. Os protagonistas por esta valorização podem ser encontrados na atuação das organizações dos povos indígenas, no incentivo dado pela academia, no aumento do respeito e interesse – a partir de vários espaços político-partidários – nas culturas ancestrais e novas vinculações estabelecidas com os movimentos sociais. Em muitos casos as organizações indígenas tiveram um papel-chave, seja nas ruas ou nas urnas, para essas mudanças de governo. (QUIJANO 2001)

Portanto, o objetivo diz respeito ao entendimento do *Buén Vivir* como um acerto de contas a esse processo de acumulação originária que modificou as estruturas sociais daquela determinada sociedade. Para isso, será imprescindível a análise a partir da ideia do *Buén vivir* como uma recampezinação, ou seja, dentre seus inúmeros princípios e ideais, se estabelecerá uma ideia que propõem um *Viver Bem* a partir de um retorno, da vida anterior a colonização, não de maneira simplista, mas a partir de uma óptica de emancipação humana e retorno a uma sociabilidade

advinda dos povos tradicionais.

2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos estabelecidos o trabalho se apoiará em uma metodologia qualitativa, de cunho descritivo e comparativo, no qual se pretende analisar a partir da biografia existente a relação entre esses dois acontecimentos. (Bauer et al., 2007)

Como marco temporal, será analisado o período colonial, quando a Bolívia ainda fazia parte do Vice-Reinado do Peru e posteriormente à promulgação da Constituição da Bolívia 2009 a instituição do Buen Vivir como princípio constitucional. A construção da narrativa está direcionada em tratar da recampesinização no cenário do buen vivir a partir do retorno a sociedade (mais simplista e menos violenta) ameríndia pré colonial.

Para tanto, o referencial teórico utilizará a perspectiva filosófica e historiográfica marxiana, autores marxistas latino americanos e os principais autores do plurinacionalismo que, em maior ou menor medida dialogam com a perspectiva marxista. Dentre os autores de maior destaque aqui neste trabalho, é possível citar o próprio pensador Karl Marx e Van Der Ploeg, entre outros. Cabe salientar aqui que o estudo da Constituição promulgada em 2009 foi essencial para a construção analítica.

O trabalho anseia contribuir para o debate social, político e econômico do marxismo e do Buen Vivir a partir da perspectiva Plurinacional boliviana.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A acumulação Originária.

O termo “acumulação originária” foi desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) e serviu como arcabouço teórico para vários outros pensadores (historiadores, filósofos, sociólogos e economistas), dentre eles pode-se destacar: Ellen Wood, Adam Smith, David Harvey, Maurice Dobb, Lígia Silvia, entre outros. Em sua principal obra, O Capital (1867), o autor define acumulação primitiva como: “o processo histórico de separação entre produtor e o meio de produção” (Marx, 2013), ou seja, a pré-história do capital e do modo de produção correspondente a esse modelo.

No livro O Capital (1867), Marx assevera que neste processo de acumulação primitiva as grandes massas foram despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho. A acumulação originária passa pela expropriação da terra que até então era utilizada pela população rural camponesa. Os camponeses foram expulsos das terras impulsionados por vários fatores. No caso Inglês, referido no Capital, os motivos seriam pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o aumento do preço desta mercadoria, a partir do desenvolvimento industrial, principalmente no setor de vestimentas.

A justiça teve papel fundamental nesta expropriação, uma vez que as classes dominantes precisam do apoio da ciência jurídica para transformar interesses particulares em interesses universais garantidos pela lei. As formas de acumulação primitiva na sua totalidade deram-se a partir de alguns fatores 1) Roubo de terras da Igreja, 2) Alienação fraudulenta dos domínios estatais, 3) Furto da propriedade comunal e por fim, 4) Transformações usurpatórias.

Todas essas medidas de usurpações da terra não foram aceitas de forma pacífica pela população camponesa. O pensador, David Harvey (2013) discute no seu livro intitulado “Para entender o Capital. Vol I”, que as formas de expropriação dos camponeses de suas terras ocorreram violentamente a partir de toda uma classe de pessoas ao controle do meio de produção sendo realizadas e aparadas por ações ilegais e “legais”, do ponto de vista do direito da época.

O Estado, para o pensador David Harvey (2013), cede e se submete a uma classe economicamente superior, pois: 1) Existe uma dependência Estatal em relação ao poder do dinheiro e torna-se vulnerável a ele; 2) O poder do dinheiro pode ser criado e mobilizado de um modo que a legislação estatal tenha dificuldades de detê-lo.

O processo de acumulação originária transformou o mundo de comunidade em mundo do dinheiro. E a população rural que foi violentamente expropriada, viu-se obrigada a se submeter por meio de leis grotescas e terroristas, e por força dos açoites, ferros em brasa e torturas e uma disciplina necessária para o trabalho assalariado (Harvey, 2013).

A acumulação originária resultando em capitalismo foi por bastante tempo considerada algo natural, um curso quase automático que transformaria todas as sociedades em capitalistas, pois, quase sem exceção os relatos sobre a origem do capitalismo são circulares e pressupõe a existência prévia do capitalismo. A autora marxista Ellen Wood (1999) confronta essa ideia de naturalização do capitalismo na história das sociedades.

Na obra da pensadora marxista Ellen Wood, “As origens agrárias do capitalismo (1998)” a autora discute sobre os “mitos” do surgimento do capitalismo e sua origem, concluindo a partir de análises aprofundadas que esse surgimento deste modelo econômico incidiu no campo. Isso, porque, o capitalismo depende fundamentalmente de uma mercadoria capaz de produzir mais valor do que aquilo que tem. E essa mercadoria é a força de trabalho que estava concentrada no campo.

Quando o servo é expropriado de suas terras ele perde a sua casa, os meios de sobrevivência e certa proteção dada pelo suserano. Dessa forma, ele precisa aventurar-se no mundo urbano da indústria e das relações capitalistas a fim de vender sua força de trabalho em troca do salário. Essa acumulação de riquezas nas mãos de poucas pessoas facilitou a abertura de grandes indústrias, pressupondo o financiamento de grandes navegações, movimentando toda a indústria naval, “descoberta” e posteriormente a invasão de novos territórios por parte das potências europeias como foi o caso da América, Ásia e África.

A exploração da América do Sul foi uma condição efetiva para a consolidação do capitalismo, e, também, um índice de sua expansão em escala mundial. A região a qual é tratada aqui, atualmente denominada de Estado Plurinacional da Bolívia encontra-se até os dias atuais imerso nessa tensão produzida desde os tempos coloniais. A historiografia explica que a presença de ouro e de prata na América, o aniquilamento, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, principalmente nas minas de Potosí, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os eventos que determinaram o início da era da produção capitalista.

Pierre Vilar (1981) afirma que o sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apossadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital.

Após anos de exploração desde a primeira invasão dos europeus ao novo mundo, por volta do começo do século XVI, foi instaurado um sistema político e econômico baseado na exploração e no colonialismo. A vinda dos europeus à América foi responsável pelo decréscimo da população ameríndia graças ao choque cultural, ao trabalho escravo imposto pelos espanhóis, e as doenças trazidas por eles, além dos inúmeros casos estupros e maus tratos.

Na América Espanhola Colonial as colônias eram estruturadas com o propósito de dar sustentação

principalmente econômica à metrópole. A economia da colônia era organizada com o intuito de enviar remessas de matéria-prima e outros produtos valiosos e lucrativos para a matriz. América espanhola colonial, segundo Murdo Macleod (1999), “começou como uma sociedade de conquista e a primeira prioridade dos invasores foi extrair dos conquistados riqueza ou capital (p. 219)”. De acordo com o autor, a exploração das colônias foi realizada mediante a apreensão direta de excedentes previamente acumulados de metais ou pedras preciosas, tudo na forma de saques ou pilhagens.

Ao invadirem a América Espanhola, os europeus necessitavam de mão de obra para a extração e colonização. Desde a chegada e depois se estendendo por longos anos, a mão de obra foi preenchida com o trabalho escravo indígena e posteriormente da população africana. Muitos povos e etnias de várias regiões eram enviados a outras localidades a fim de sanar a falta de mão de obra. A escravidão foi o primeiro sistema de trabalho nessas terras. Este sistema foi bastante proveitoso para os europeus, pois precisavam dos povos tradicionais para obter informações geográficas sobre o espaço, as riquezas e imersão da região colonizada, entre outros.

3.2 Acumulação Originária no território boliviano.

Na obra de maior importância de Marx, o *Capital* (1867), o autor enuncia que “A escravidão camuflada dos operários assalariados na Europa necessitava do pedestal de escravidão “sansphrase” do novo mundo” (p.852-853). Isso porque o para a estruturação deste novo sistema econômico pressupunha o financiamento de grandes navegações movimentando toda a indústria naval, ocasionando na “descoberta” e posteriormente na invasão destes novos territórios, por parte das potências européias.

Para conseguir matérias primas e usurpar novas riquezas, escravizaram os povos nativos e também trouxeram povos africanos para garantir a mão de obra barata nas coloniais e monopólio de comércio exterior nas colônias, nova população e novos mercados para se relacionarem economicamente. Após a decisão da coroa de proibir a escravidão indígena iniciou-se um sistema distinto. Sistema na qual os reis dividiam as terras e os povos conquistados entre os indivíduos mercedores de recompensa. Segundo o historiador Macleod (1999) “Colombo trouxe para as ilhas este sistema de repartimientos ou distribuição de mão de obra, embora aqui a rápida extinção das populações indígenas tenha impedido qualquer grande elaboração” (p. 222).

Esse tipo de sistema, os repartimientos (repartições) foram estabelecidos em várias áreas e em Porto Rico, mais tarde na Jamaica e em Cuba. No México e no Peru esses repartimientos receberam o nome de encomiendas (encomendas), tornando uma forma de dividir, nas palavras de Macleod (1999), de um modo amigável a oferta de mão de obra com os primeiros colonizadores mais poderosos e prestigiosos, com a exclusão daqueles que não tinham poder ou posição para fazer outra coisa que não se queixar.

O sistema de repartimientos ou encomendas resultou em ganhos para duas classes específicas: o governo espanhol local e a classe crioula urbana. Esses recrutamentos eram responsáveis pela realização de vários trabalhos como a limpeza das ruas, a construção e a limpeza dos aquedutos e dos canais de irrigação, os consertos de estradas, a construção e manutenção de edifícios públicos como igrejas, cabildos e cadeias, e os programas de embelezamento da cidade.

No começo do século XVI, em “As sociedades Indígenas sob o domínio espanhol”, o historiador Charles Gibson (2004) descreve que com a chegada dos espanhóis, encontraram muitos sistemas de trabalho semi-servil. Uma dessas instituições que herdaram foi a Yaoconaje do império Inca. No sistema Inca, os Yanaconas haviam constituído às vezes uma classe especial de servos, muito mais presos às terras e as famílias do que às aldeias ou grupos de indivíduos.

Dessa maneira os donos das propriedades rurais obtinham uma força de trabalho sem o pagamento de soldos e com a permissão do uso de terras marginais que nem sempre necessitavam. Os índios e outras pessoas que não possuíam terra arrendavam parcelas de onde tiravam a subsistência sem necessariamente investir capital, e às vezes obtinham o suporte e mesmo a proteção física do senhor da terra e de seus mayordomos (mordomos) contra os intrusos: funcionários reais, e das aldeias, recrutadores de mão-de-obra e bandidos.

A extração de riqueza e a tributação foram as duas maneiras que garantiram a exploração sobre a América. Durante quase todo o período colonial e na verdade em algumas partes da América espanhola até o final do século XIX a principal taxa cobrada das classes inferiores foi o tributo, cobrado de quase todos os indígenas em sinal da sua condição de súdito.

A tributação espanhola tinha também como objetivo introduzir a economia americana no mercado europeu. Com o intuito de assim fazer, os funcionários e os encomenderos espanhóis passaram a exigir que parte do tributo fosse pago em dinheiro obrigando os índios a vender seus produtos ou alugar seu trabalho em troca de moeda.

Foram três sistemas de taxação impostos a população de baixa renda: tributos, encomenda e derrama. Na derrama, os indígenas das aldeias e mulheres, eram forçados a trabalhar com o manuseamento das matérias-primas. As mulheres submetidas a essa indústria de terceirização eram normalmente sub-remuneradas ou mesmo não remuneradas subsidiando desse modo o preço do produto ao comprador final e os custos da manufatura para o negociante em questão.

A conquista da América espanhola foi intensa e destruidora, mas segundo Maclod (1999) seu principal efeito para a história mais ampla é que ela colocou os índios sob a jurisdição espanhola e tornou-os submetidos à lei espanhola e a todo o espectro de controles e influências espanholas legais e ilegais. Foram muitas as áreas devastadas e os povos dizimados.

Com o passar dos anos o controle e a dominação espanhola desintegraram as estruturas políticas maiores presentes na América nativa, fato observado nos impérios incas e astecas e em grupos menores como os Chibchas, Tarascanos, Araucanos do norte e outras organizações políticas. A maior organização que sobreviveu a esse processo de divisão foi a Vila, conhecida como “pueblo”, “vila principal” ou “cabecera.”. “Os espanhóis tinham como intuito fazer uma aliança entre o rei e o governante indígena local, em que cada um fosse considerado um senhor natural, em oposição as ilegítimas e ora rejeitadas burocracias imperiais dos suseranos astecas, incas e outros” (Gibson, 2004. p. 277).

Assim como o autor retrata, essa mudança do governo pré-colonial para o colonial implicou uma “decapitação” da estrutura nativa, pois em lugar dos conselhos, dos seus funcionários e auxiliares, a organização colonial inseriu vice-reis espanhóis e o aparato imperial que integrava o corregedor e o tenente.

Para situar o leitor na nossa empreitada foi desenvolvido um breve contexto histórico da “América Espanhola”. Até sua independência em 1825 a Bolívia era uma região que foi incorporada ao império Inca. Após a colonização do território, Francisco Pizarro anexou a região ao vice-reinado do Rio Prata.

Para Marx, a origem do modo de produção do capitalismo não está atrelada a uma ingênua e pueril racionalização da divisão do trabalho social, mas sim, está relacionada a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa etc., que espaçou o produtor direto dos seus meios de produção e constituiu enormes massas de indigentes e desocupados, na verdade uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser

adquirida, e o proletariado; por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis fomentaram grandes chances de enriquecimento para uma parcela da burguesia.

No caso boliviano o que fomentou todo esse processo foi à exploração das colônias ultramarinas a partir dos saques e pilhagens. O processo de colonização na Bolívia foi baseado na exploração. Com a chegada dos invasores foi implantando na região conhecida também como América Hispânica, várias unidades administrativas conhecidas como “Vice-Reinos” e as “Capitanias Gerais.” Essas unidades administrativas eram de muita importância econômica e as Capitanias remetiam as subdivisões dos “Vice-Reinos” e eram implantadas na maioria das vezes em regiões onde não havia pacificação entre os povos (nativos e colonizadores) e em regiões onde eram estratégicas para ações militares.

No primeiro momento da colonização não foi preciso, como muitas vezes ocorre, o aparato judiciário da legalidade para saquear e empilhar. Com uso da força, foram aprendidos excedentes previamente acumulados (metais ou pedras preciosas) pelos povos nativos. Com o passar dos anos a coroa Espanhola foi se instalando e trazendo novos imigrantes europeus para a colônia.

Posteriormente aos primeiros anos de colonização houve uma mudança estrutural na sociedade, pois foram inseridas novas classes sociais: os chapetones (espanhóis que administravam as colônias), os mestiços (de brancos e índios que podiam ocupar cargos públicos), os indígenas (que foram escravizados pelos europeus na extração de metais das minas) e por último os africanos (que foram trazidos como mão de obra escrava para trabalharem principalmente em regiões que se cultivava cana-de-açúcar).

A maneira com que foram expurgados dos meios de produção (terra, ferramentas, formas) é caracterizada pela violência. O período de colonização trouxe doenças, mortes, e escravização para um trabalho forçado. Os povos originários, donos da terra, e de uma mentalidade própria foram obrigados a se mudarem conforme a necessidade do sistema.

A partir da consolidação espanhola em território americano, os indígenas passaram a responder pela conformidade da jurisdição espanhola, cujo alicerce concentrava no enriquecimento, catequização e soberania em relação aos povos originários. Com a inserção dos povos indígenas a essa jurisdição foi imposto a cobrança de impostos tributários. Os indígenas não estavam inseridos na lógica capitalista de acumulação e lucro e riquezas, então o que lhe restaram foi a servidão em troca do pagamento.

Foram várias as formas de taxação sobre os indígenas entre elas podem-se destacar: A mita, a encomenda e o repartimento. A primeira diz respeito a um sistema de trabalho por turnos, os espanhóis recrutavam os nativos para trabalhar nas minas de prata. Esse tipo de trabalho resultou na morte de milhares de indígenas que não estavam preparados nem acostumados a essa jornada escravista.

A encomenda diz respeito a uma “troca” nem um pouco justa entre colono e indígena. Os conquistadores ganharam várias extensões de terras e a população indígena que ali anteriormente habitava foi obrigada a trabalhar e ter suas terras usurpadas pelos espanhóis, em troca de um falso bem-estar proporcionado pelos estrangeiros.

E por fim o repartimento que configura numa forma de venda de objetos sem valor e sentido para os povos tradicionais, mas, que deveriam ser adquiridos e pagos uma determinada quantia aos invasores.

A independência se deu no ano de 1825, porém não trouxe uma melhoria na qualidade da população nativa e muito menos da população negra trazida para o espaço boliviano. Foi um processo de independência da colônia, mas, com algumas objeções. A administração da coisa pública passou da Coroa Espanhola para os “criollos”, filhos de europeus com grandes propriedades que passaram a defender os próprios interesses da burguesia local.

A acumulação bolivariana rendeu para a Espanha muitas riquezas. A partir do trabalho dos indígenas e africanos unidos a legislatura vigente promoveu o enriquecimento da colônia por muitos anos. A Bolívia não se assemelha ao caso inglês, pois não era trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho e sim povos originários camponeses que foram obrigados a virarem massa trabalhadora escrava.

A subjugação dos povos originários começa desde a colonização e tem reflexos nos dias atuais. A partir de uma falsa ideia de desenvolvimento foram e são obrigados a operarem em uma lógica desconhecida e que só degrada a si mesmo e a natureza. A expropriação da terra desses grupos como base do processo é o começo de toda uma teia de deteriorização.

O processo de expropriação da terra se deu nesse caso por alguns motivos econômicos: plantaço de manufaturas, transformação das terras comunais em terras privadas a partir de cerceamentos e conseqüentemente a destruição da biodiversidade para dar lugar ao desmatamento e pastagens.

As análises marxianas da acumulação do capital apresentam-se cabíveis a situação da Bolívia. Pois segundo Marx (1987) a população rural depois de ter sua terra violentamente expropriada sendo dela expulsa e entregue a vagabundagem foi obrigada a submeter por meio das leis grotescas e terroristas a uma disciplina necessária ao trabalho assalariado.

Com o processo de industrialização da Inglaterra ficou evidente que era interessante a independência das colônias em relação ao império Espanhol, pois “a expulsão rural fornece a indústria o proletariado, os meios de subsistência e seu material de trabalho e cria o mercado interno” (Marx, 1997) fatores fundamentais para o desenvolvimento capitalista.

3.3 O Buen Vivir e o acerto de contas com o processo de acumulação originária.

A nova configuração do território boliviano como país independente da colônia, atrelada à grande instabilidade política, faz a Bolívia presenciar um golpe de estado a cada ano entre 1850 a 1950. Ainda assim, houve, naquele país, fases de prosperidade com a exploração do quina, planta usada como remédio (1830-1850), do guano (fertilizante orgânico) e do salitre (1868-1878), do látex (1895-1915) e do estanho a partir de 1880.

Com as condições de extrema pobreza da população boliviana e a riqueza de poucos ocorre, em 1952, uma insurreição popular levando ao poder o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), fato que gerou a nacionalização das minas, o voto universal e a reforma agrária. Tempos depois o MNR se afasta do povo e se divide. Em 1964, o exército toma o poder. Em 1967, Che Guevara é executado pelo exército boliviano.

Mesmo com a retomada do poder civil ao governo (1982), o país vivenciou uma série de crises econômicas e políticas, foi na década de 80 que a Bolívia teve a maior inflação da história (11.750% em 1985) segundo os dados do governo.

No princípio da década de 90, o país adotou o liberalismo econômico, privatizou as minas e diversas empresas públicas. Contudo, a instabilidade social e econômica continuou. O descontentamento da população perante o governo prosseguiu. A partir do ano 2000, o povo boliviano insurgiu contra o pacote de privatização das águas de Cochabamba, a favor do plantio de coca, contra

os impostos que o governo queria cobrar dos salários, e, a favor da nacionalização do gás. Todos estes fatores culminaram com a queda do regime do presidente Lozada e com a tomada de La Paz pela população indígena.

Durante muito tempo a Bolívia passou por esse processo hierárquico de sua própria população, história e cultura, imposto pela colonialidade. Mesmo possuindo a maior parte da população composta por indígenas (quéchuas, aymaras, guaranis entre outros) estes ficavam a margem dos processos políticos, econômicos e sociais. Os governantes que assumiram até o ano de 2005, eram presidentes de origem européia, que governavam o país a partir de uma perspectiva de privatizações, extração de riquezas para abastecer o mercado exterior e presença de empresas internacionais que por conta da racionalidade capitalista estavam matando a biodiversidade andina, poluindo os rios e expulsando sua população para outros campos visto que as terras que viviam estavam morrendo por conta desta política.

A partir de fortes mobilizações e participação popular e insatisfação dos movimentos sociais em relação à velha política no ano de 2006 se elege na Bolívia o primeiro presidente indígena Evo Morales e o vice Alberto Linera pelo partido, MAS (Movimento al Socialismo.)

Junto ao novo governo foi promulgada uma nova constituição. Não só na Bolívia, mas no Equador foi proposto um novo constitucionalismo. Segundo Boaventura (2010) a Constituição Boliviana de 2007 representa mais um passo na direção de assegurar e ampliar a democracia e a soberania popular e comprovar que embora a Bolívia tenha sido um país marcado pela exploração no período ditatorial a força do povo sobressaiu ao Estado.

A Constituição, segundo os apoiadores e expectadores do movimento, tem o intuito de “refundar” o Estado a partir de uma visão crítica da constituição anterior (SANTOS 2003). Esse movimento de “refundação” se tornou necessário, pois a Bolívia é um país Plural com mais de 36 povos indígenas, contando com a coexistência de cosmovisões culturais e formas de satisfazer as necessidades sociais diversas umas das outras.

Sem discutir o teor da sua aplicabilidade, é notório que a normatividade que rege a Constituição Boliviana (2006) se aproxima da teoria e obra de Vandana Shiva intitulada como “Monoculturas da Mente” publicada no ano de 2003. Shiva (2003) faz uma crítica aos grandes organismos internacionais e corporações que interferem na definição de políticas mundiais e amparadas pelo conhecimento científico que visam como escopo final: o lucro. A procura pelo lucro é responsável por desconsiderar várias comunidades tradicionais que vivem na dependência e manutenção da biodiversidade.

Para Vanda Shiva (2003) as escolhas do meio rural são pensadas na perspectiva mercadológica e não na população rural local. Ancorados na ideia da silvicultura, a biodiversidade rural reduz todas as espécies a somente uma, para a produção de madeira, e utilizando a natureza não como meio de vida para sobrevivência e manutenção dos seres humanos, e sim, como extensão da produção de mercado.

A monocultura da mente destrói os sistemas de saber local, todo conhecimento passado por varias gerações aos quéchuas, guaranis, aymaras entre outros, e, concomitantemente destrói as próprias condições concretas de vida local, pois é dominante e excludente.

A monocultura da mente é um saber unilateral que começa, para a indiana na mente, para posteriormente chegar ao solo. Para que seja efetivado esse processo é preciso que um grupo dominante legitime essa idéia como superior e crie maneiras para que ela se estenda por muito tempo. A Bolívia mesmo com 55% da população declarando-se indígena, por muitos anos foi

governada por políticos de origem europeia, de posições políticas conservadoras e guiadas pelas conduzindo as decisões do país a partir de uma perspectiva neoliberal.

Com isso a Constituição promulgada em 2009 é guiada pelos princípios do Buen Vivir que é oposto a Monocultura da Mente. O “Buen Vivir” é antagônico ao individualismo, lucro, racionalidade, custo-benefício, instrumentalização e objetivação da natureza, além da mercantilização das relações humanas (Sánchez, 2011). O “Buen Vivir” é um princípio constitucional dos estados Plurinacionais (Bolívia e Equador) e representa uma alternativa do modo de vida pautado numa construção mais solidaria.

O “Buen Vivir” apresenta-se como um “projeto autônomo em relação ao mercado e ao Estado” (Gudynas e Acosta, 2014), que envolvem uma espécie de socialismo comunitário ou socialismo andino. São expressões econômicas concretas, que para os autores, lamentam o rompimento dos sistemas de troca tradicionais deflagrado pelas relações comerciais “modernas” e denunciam que a economia de mercado substituiu comunidades repletas de seres humanos dignos com a “criação de pobres” em seu lugar. O “Buen vivir” não compactua com a ideia de desenvolvimento proposto pelo capitalismo europeu.

Desta maneira muitos estudiosos, entendem que o “Vivir Bien/Buen Vivir” é um conceito em construção: uma ideia oriunda a partir do mundo andino e também amazônico que recolhe contribuições de outros locais do mundo. Uma de suas bases histórico-culturais está no mundo indígena e em princípios defendidos por correntes ocidentais subordinadas historicamente.

É um conceito-chave recuperado para responder problemas com raízes antigas, tais como o fim da pobreza e a conquista da igualdade, ao mesmo tempo em que se busca enfrentar novos problemas relacionados à perda da biodiversidade ambiental e à mudança climática global.

É comum que em um primeiro momento exista uma ideia de que se trata de um retorno puro e simples às ideias de um passado longínquo, mas ao contrário, busca-se um diálogo com as tradições culturais indígenas, criando e recriando novas conceptualizações adaptadas às circunstâncias atuais. No cerne também intervém tradições ocidentais que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante, pode-se destacar no leque destas posturas éticas alternativas que reconhecem os direitos da natureza (Pachamama), as contribuições do feminismo (em especial o feminismo andino) como reação à dominação patriarcal e as novas perspectivas em áreas como a da justiça e do bem-estar humanos.

Uma das razões da “cristalização” das ideias do buen vivir/vivir bien, nas novas Constituições da Bolívia e do Equador, deve-se à relevância outorgada por estas, aos saberes indígenas. Os responsáveis por esta valorização podem ser encontrados na atuação das organizações dos povos indígenas, no incentivo dado pela academia, no aumento do respeito e interesse – a partir de vários espaços político-partidários – nas culturas ancestrais e novas vinculações estabelecidas com os movimentos sociais. Em muitos casos as organizações indígenas tiveram um papel-chave, seja nas ruas ou nas urnas, para essas mudanças de governo (Quijano 2001).

Segundo a Rosa, e embora não haja outros autores que difiram, Viver Bem ou Bem Viver é regido por treze princípios, são eles: (1) Saber comer, (2) Saber Beber, (3) Saber Dança; (4) Saber Dormir; (5) Saber Trabalhar; (6) Saber Meditar; (7) Saber Pensar; (8) Saber Amar e ser Amado; (9) Ouvir, (10) Falar Bem; (11) Sonhar; (12) Saber Caminhar; (13) Dar e receber. (Rosa, 2019)

Em suma saber se alimentar equivale a escolher alimentos saudáveis, é respeitar o alimento que está em abundância na época significa e oferecer o alimento a Mãe Terra, ao passo que saber trabalhar significa que na cosmologia andina, trabalho não se refere ao sofrimento, trabalhar é

uma atividade que se faz com alegria e com paixão. E são esses dois princípios tratados ao longo do texto.

Um exemplo de materialidade do Buen Vivir, diz respeito ao modo de produção agrícola de multicultivo (em oposição ao monocultivo), uma alternativa ao império da soja que “obriga” os produtores a cederem sua força de trabalho e sua terra para o cultivo desta cultura. O multicultivo é uma saída pois, respeita a capacidade de regeneração da terra, destruída pela produção especializada em larga escala. Contudo isso requer um marco jurídico que o viabilize, reconhece Mamani (2010), pois multicultivo contraria a lógica individualista e mercadológica.

A expressão em distintas línguas, mayas, astecas, quechuas, aymaras entre outros, é um projeto de vida. Ou seja, aquele que unifica a existência humana e lhe permite dar um sentido a tudo que acontece cotidianamente. Alguns estudiosos do tema crêem que antes dos adventos da cidade os povos originários participavam de um mundo simples e sensível, mas para a vida cotidiana indígena essa sociabilidade exigia cumprir tarefas místicas e comunitária, de tal maneira que consistia em uma vida muito ativa. Primeiramente, pois está cumprindo com as regras do universo, com as exigências da comunidade e por ora, por tudo ter um sentido e um norte com a finalidade de uma vida boa.

O “Buen Vivir” OU “Viver Bem” pode ser considerado como um processo de recampesinação discutido pelo autor Van Der Ploeg. Para o autor tornar-se camponês não é uma referência a um único passo, e sim, um processo que é um fluxo continuando e com flutuações freqüentes ao longo do tempo. E acrescenta que a condição camponesa varia de diferentes graus (Dependência de mercados, coerção extra-econômica, entre outros).

A partir dos escritos de Ploeg (2008) é possível perceber que a recampesinação pode ocorrer a partir de duas dimensões ou apenas de uma, seja ela qualitativa ou quantitativa. A recampesinação segundo o próprio autor, se relaciona com os novos “impérios alimentares” que atualmente estão emergindo pela América Latina. Por mais que estes novos impérios apresentem uma tendência para destruir o campesinato, eles provocam e criam novas formas de recampesinação. No plano material, a recampesinação irá sempre ocorrer a partir de diversos processos interconectados, freqüentemente contrastantes, e muitas vezes inéditos.

Trata-se assim não de um retorno ao passado, mas de buscar nele elementos para a construção de um devir alternativo – pois aquele passado é entendido como um momento de realização plena do indivíduo, da nacionalidade, da comunidade. Se já ocorreu, poderá novamente se dar, ainda que em novas bases. Segundo Ploeg (2008), a agricultura mundial pode ser marcada por três procedimentos, que assinalam sua trajetória afetando a maneira de produção, são elas: industrialização, a recampesinação e a desativação.

O processo estudado até aqui, da acumulação primitiva e a ampliação do capitalismo agrário, fomentou no processo de mercantilização da agricultura, promovido pela industrialização, e resulta no monopólio do mercado produtor e consumidor. Para o economista holandês, todo esse movimento aliado à globalização e liberalização instituíram um Império dos mercados agrícolas comandados pelo agronegócio multinacional e pelas grandes empresas transnacionais. O processo de industrialização, na visão do autor, é conduzido pelo império e fomentado pela agricultura capitalista, com o objetivo de desconectar a produção do consumo, o que torna o produtor dependente do mercado e o marginaliza.

A lógica produtivista, distinta do “Buen Vivir” fundamentada no lucro, ignora as particularidades do ecossistema local, do tempo e dos ciclos naturais de produção, desconectando a produção

também de um sistema produtivo sustentável, homogeneizando os produtos e a produção. O objetivo final deste modelo não é alimentar a população, mas sim o próprio império, pois cada vez mais é um setor voltado para a produção de combustíveis e menos para a produção de alimentos seguros.

Ploeg (2008) dá indícios de uma nova possibilidade dos movimentos atuais na agricultura mundial. E mais especificamente: a atuação dos impérios alimentares que, como diz o autor, agem para “conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global”.

Estes movimentos de resistência, em especial o “Buen Vivir” tem como objetivo resistir aos impérios alimentares (Ploeg 2008) e que promovem um reordenamento rural, traduzido nos “novos campesinatos” que se consolidam pelo mundo todo como, são impulsionadas pelo processo de marginalização que a industrialização ocasiona. Segundo Ploeg (2008), essa luta pela autonomia e supervivência, em um contexto de privatizações e dependência, é a atualização camponesa, que ocorre de múltiplas formas e se traduz no movimento de Recampesinação.

Segundo a perspectiva do pensador holandês essa transformação na agricultura camponesa remete as “lutas abertas”, e mais com as alterações no modo camponês de produzir, baseado na inovação e focado em manter sua autonomia. A reconstrução camponesa seria resultado, sim, da resistência, mas também da limitação biológica, humana e social das práticas agrícolas voltadas para lucro e o ganho econômico, que resultaram em unidades produtivas insustentáveis. Conforme afirma Ploeg (2008), o império e o modo de produção capitalista geram suas próprias fissuras e mazelas, “becos sem saída da mercantilização da terra e do trabalho”.

O Buén vivir tem como principio essa relação harmônica entre homem e natureza. Assim como a recampesinização preserva a soberania alimentar, pois, ela questiona a percepção instrumental, de domínio da humanidade sobre a natureza e favorece uma relação sustentável, mediante a co-produção (Ploeg, 2008). Em suma, estas diretrizes implicam uma interação que assuma como desígnio a preservação dos sistemas, social e ecológico, porque a interação equilibrada entre eles depende da possibilidade de reprodução futura, tanto humana como a base de recursos produtivos.

4. CONCLUSÃO.

Ao tratar do caso bolivariano deve-se levar em conta que antes do processo de acumulação primitiva a maioria (quase em sua totalidade) da população era composta por povos tradicionais. É importante salientar que tanto a população indígena quanto a população campesina apresentam uma racionalidade distinta do sistema dominante: O Capitalismo.

Enquanto o capitalismo é regido pelas bases da acumulação, mais-valia, lucro e trabalho estranhado, o campesinato é conduzido por relações de trocas, mútuas com a finalidade da subsistência e não da acumulação. A mudança dessa lógica padrão e conseqüentemente a inserção dos povos indígenas nos moldes de produção, troca, circulação e consumo significa subjugar, eliminar e deteriorar as formas de vida dos originários campesinos.

O processo de expropriação desses povos indígenas não ocorreu de forma pacífica, sendo marcados por movimentos de resistência árdua. A expropriação, espoliação de riquezas naturais, conflitos de posse de terra e expulsão forçada com escravização dos indígenas significou anos de violência, mortes e destruição das florestas que são a morada dos povos tradicionais.

O quadro de resistência perdurou até o ano de 2019 (quando o presidente e o vice sofreram

um golpe de estado e os rumos políticos ainda estão sendo construídos), com a eleição de um representante indígena no cenário político (2005) e implementação da Carta Plurinacional(2009) foi possível repensar formas de ocupação e mudança de perspectiva em relação a terra, as trocas e a manutenção da vida indígena.

Para Ploeg (2008) esse panorama representa uma recampesinação, onde há um aumento do número da população no campo, que antes se via obrigada a proletarizar-se nos centros urbanos. A recampesinação propõe ir contra os moldes da agricultura mundial que muitas vezes, através impérios alimentares, determinaram a racionalidade camponesa o modo de plantar e de comercializar, atualmente podem propor como alternativa a este modelo, uma troca baseada em circuitos curtos e descentralizados.

O Buen Vivir neste processo de recampesinação opera não buscando mais o lucro dos acionistas e essa desconexão com a natureza, mas sim, de uma aproximação entre homens e natureza, a partir de movimentos que lutam pela autonomia num processo hegemônico uma agricultura que dialoga com a população local e serve para alimentar pessoas e não o capitalismo.

Enquanto muitos autores e estudiosos viam o capitalismo como o curso único de todas as nações numa escala evolutiva, a perspectiva de uma boa vida quer fazer-se entender que existem outras formas e outros cursos naturais de suas histórias. Esses povos situados ao sul, a partir de anos de resistência querem fazer-se compreendidos e respeitados sem necessariamente terem de obedecer a uma hegemonia eurocêntrica do Norte.

Quando neste artigo cita-se “acertar as contas” significa dizer que o Buén Vivir indica de maneira imaginária retornar aquele período histórico que foram explorados, catequizados, escravizados e mortos para a partir deste ponto construir uma nova história, história de liberdade e respeito a sua pluralidade. É justamente contra o curso “natural” da história (que não foi nada natural e sim, muito violento e sangrento), pois não existe curso natural, existem povos que desde sempre foram subalternizados pela lógica eurocêntrica moderna e que depois de anos assim, querem e lutam para construir a sua história.

No campo, os indígenas buscam uma boa vida que escapa das engrenagens do sistema capitalista. A ideia de que a única forma de funcionamento da sociedade humana seria na zona urbana perante as leis das instituições hierárquicas são desastrosas. Existe um leque com diversas outras alternativas, para o Buén vivir por exemplo, a forma de funcionamento da sociedade é regida a partir de uma relação harmoniosa envolvendo o ser humano, os animais e a natureza.

O capitalismo cria ideias errôneas, e uma delas, é que o homem é um ser individual. Em outras perspectivas de sociabilidade e em outras correntes filosóficas, o homem é um ser social por natureza, ou seja, ele é um ser interdependente de outros seres e de outros objetos. Sem estes, ele não sobreviveria.

Regressar ao campo neste cenário exprime, aos povos originários, o conhecimento e decisão sobre o que vai comer como vai cultivar e como trabalhar. Este protagonismo significa em termos reais, o não uso de sementes transgênicas, agrotóxicos e outros instrumentos do pacote da Revolução Verde que tornam os produtores mais dependentes e a terra e a fauna mais pobres. Resulta assim em possuir as condições mínimas para sobreviver de uma forma sustentável respeitando o ciclo de todos os envolvidos. O Buen Vivir não é uma perspectiva que valoriza os bens materiais, mas ao contrário, há uma supervalorização na melhor qualidade de vida e isso implica em viver em um espaço simples sem poluição, a partir da coletivização de uma sociedade ou povo. A ideia, proposta pelo Buen Vivir, de que o homem faz parte do lugar onde vive e é interdependente deste

espaço fomenta atividades de cultivo, pastoril entre outras, que respeitem o ciclo da natureza e dos animais.

CONFLICTO DE INTERESES

Não existe nenhum conflito de interesses.

Financiamiento

Financiado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Agradecimientos

Agradeço a Maya Antunes Morais, minha maior revolução.

Aclaración

Este trabalho é resultado de um artigo produzido na disciplina de Dinâmicas do Agrário na Sociedade Contemporânea UFVJM.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2010). *El Buen Vivir em el camino del post-desarrollo—Una lectura desde la Constitución de Montecristi*”, Policy Paper N° 9, Fundación Friedrich Ebert.
- Acosta, A. (2011). Los Derechos de la Naturaleza – Una lectura sobre el derecho a la existencia. Em, A. Acosta y E. Martínez (editores) *La Naturaleza con Derechos – De la filosofía a la política*. (pp. Colocar el número de páginas del capítulo del libro) Abya-Yala.
- Acosta, A. (2011b). Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición. Em, M. Lang y D. Mokrani (Compiladoras). *Más allá del desarrollo*, (pp. 83-118) Fundación Rosa Luxemburg y Abya Yala.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2007). *Pesquisa Qualitativa como texto, imagem e som: um manual prático*. 6. Ed. Vozes.
- Gibson, Ch. (2004). As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In, L. Bethell. (org.). *História da América Latina. América Latina colonial. Vol. 2*. (pp. 269-308). Fundação Alexandre Gusmão
- Gudynas, E., y Acosta, A. (2011). El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In, M. Rojas (Coord.). *La medición del progreso y del bienestar: propuestas desde América Latina*. (pp. 103-110) Foro Consultivo Científico y tecnológico AC.
- Harvey, David. (2013) *Para entender o capital*. Boitempo.
- MacLeod, M. J. (1999). Review Essays—Archival Empiricism, or Fine New Wine in Solid Old Bottles: Recent Writing on the History of Guatemala, *Colonial Latin American Review*, 8(1), 139-144, <https://doi.org/10.1080/10609169984809>
- Marx, K. (1987) *O capital: crítica da economia política*. 11. ed. Bertrand Brasil-Difel
- Marx, K. (2010) *Sobre a questão judaica*. Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2004) *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial.
- Ploeg, J. D. V. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Editora UFRGS.
- Rosa, A. E. M. P. (2019). A Cidadania e os desafios e embates entre o Estado Liberal e o Estado Plurinacional: perspectivas para a integração Latino-Americana. [Master’s thesis, Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. BDTD—Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://dspace.unila.edu.br/123456789/5101>
- Shiva, Vandana. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. Gaia.

AUTORA

Larissa Dulce Antunes Moreira, mestranda em Estudos Rurais pela Universidad Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Dedicar-se ao campo do marxismo, de estudos Latino Americanos, Reforma Agrária e Estado Plurinacional da Bolívia.